



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

IRANILDA LOPES VIEIRA

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO-CE**

PIQUET CARNEIRO – CE

2018

IRANILDA LOPES VIEIRA

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a M^a. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

PIQUET CARNEIRO – CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Vieira, Iranilda Lopes.

V713a

Análise do Programa de Aquisição de Alimentos PAA na agricultura familiar de Piquet carneiro - CE / Iranilda Lopes Vieira. - Redenção, 2019.

39f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

1. Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil). 2. Qualidade.
3. Obstáculos. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 338.188141

IRANILDA LOPES VIEIRA

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Gestão Pública Municipal da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira como requisito parcial à obtenção do
título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 25/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Eduardo Soares Parente
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Ma. Maria do Socorro Maia Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação de qualidade e incentivar a agricultura familiar. Entretanto, muitos obstáculos acontecem, dificultando o bom andamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), percebendo-se desde falta de embalagem adequada para acondicionar os alimentos, o que ocasiona perdas de produtos, até atrasos nos pagamentos dos beneficiários (agricultores familiares), devido a grandes fatores burocráticos, ficando lacunas abertas para questionamentos, análises e investigações em nível de pesquisas acadêmicas, culminando com possíveis propostas de melhoria ao programa. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho foi analisar o acesso ao mercado e o acesso a segurança alimentar e ainda os resultados do PAA no município de Piquet Carneiro/CE. Para alcançar tais objetivos, metodologicamente realizou-se uma pesquisa qualitativa com aplicação questionário e entrevista estruturada aplicado aos agricultores participantes, com as entidades beneficentes atendidas e com coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como principais resultados, observou-se que houve uma efetiva contribuição com a implantação do mesmo. Gerou-se renda, emancipação do indivíduo e ainda os que complementam a renda.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Qualidade. Obstáculos. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) is a public policy instrument that has two basic purposes: to promote access to quality food and to encourage family farming. However, many obstacles occur, making it difficult for the Food Acquisition Program (PAA) to proceed smoothly, since there is a lack of adequate packaging to store food, which leads to product losses, to delays in the payments of beneficiaries (family farmers), due to large bureaucratic factors, leaving open gaps for questions, analyzes and investigations at the level of academic research, culminating with possible proposals for improvement to the program. In this sense, the main objective of this work was to analyze access to the market and access to food security and the results of the PAA in the municipality of Piquet Carneiro / CE. To reach these objectives, a qualitative research was carried out with questionnaire application and structured interview applied to the participating farmers, with the beneficiary entities served and with coordinator of the Food Acquisition Program (PAA). As main results, it was observed that there was an effective contribution with the implantation of the same. Income, emancipation of the individual and even those that complement the income were generated.

Keywords: Food Acquisition Program. Quality. Obstacles. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Banca de produtos da feira da Agricultura Familiar.....	24
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Renda do PAA é maior que o salário mínimo.....	23
Gráfico02: Uso da propriedade.....	23
Gráfico03: Destino dos produtos	25
Gráfico 04: Segurança Alimentar e Nutricional.....	25
Gráfico 05: Dificuldades para entrar no programa.....	26
Gráfico 06: Assistência do PAA	27
Gráfico 07: Impactos	27

LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultor Familiar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBSM	Programa Brasil Sem Miséria
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Rural
SMAF	Secretaria Municipal de Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	A avaliação das políticas públicas sociais.....	13
2.2	Indicadores que propiciam o acesso ao mercado e a vulnerabilidade alimentar.....	14
2.3	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).....	15
2.4	Assistência técnica prestada aos agricultores familiares inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos.....	18
2.5	Dificuldades verificadas na execução do programa de aquisição de alimentos.....	19
3	METODOLOGIA	21
4	LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1	Caracterização.....	22
4.1.1	O município de Piquet Carneiro.....	22
4.2	Importância do PAA para os agricultores e para o município de Piquet Carneiro.....	22
4.3	Percepções do Coordenador do PAA de Piquet Carneiro	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS.....	31
	ANEXOS	34

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006.

Tem a finalidade de contribuir com a segurança alimentar e nutricional de grupos populacionais vulneráveis atendidos pela Rede de Proteção Social por meio da distribuição de alimentos. O Programa adquire os produtos agropecuários produzidos por pequenos agricultores familiares, sendo que o valor máximo do projeto é de R\$ 6.500,00 ao ano por agricultor (SMAF, 2018).

Segundo o coordenador do PAA, o programa conta com a participação de 150 (cento e cinquenta) agricultores, com valor do projeto de 975 mil reais atualmente. Tem 18 instituições que recebe esses alimentos e em torno de 3.302 pessoas beneficiárias (SMAF, 2018).

Esse Programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação de qualidade e incentivar a agricultura familiar (MDS, 2018).

Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, por dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, possibilitando aos produtores rurais, através da venda dos produtos, melhoria de rendas (MDS, 2018).

O programa é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios.

Os beneficiários fornecedores podem participar do PAA individualmente ou por meio de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado.

Para participar do Programa individualmente, os beneficiários fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar.

Já as organizações de agricultores, para participarem do PAA, devem deter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA).

Ainda as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, devem procurar a rede sócio assistencial ou os equipamentos de alimentação e nutrição em seus municípios. Estas entidades devem procurar as Unidades Executoras do Programa para serem incluídas como beneficiárias. As entidades também podem buscar grupos da agricultura familiar e articular projetos junto às Unidades Executoras (MDS, 2018).

Muitos obstáculos acontecem, dificultando o bom andamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), percebendo-se desde falta de embalagem adequada para acondicionar os alimentos, o que ocasiona perdas de produtos, até atrasos nos pagamentos dos beneficiários (agricultores familiares), devido a grandes fatores burocráticos, ficando lacunas abertas para questionamentos, análises e investigações em nível de pesquisas acadêmicas, culminando com possíveis propostas de melhoria ao programa, objeto de estudo.

O estudo tem como objetivo geral analisar o acesso ao mercado e o acesso a segurança alimentar e ainda os resultados do PAA no município de Piquet Carneiro.

Como objetivos específicos têm-se:

- Analisar a assistência técnica prestada aos agricultores familiares inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos;
- Verificar o suporte técnico que o programa oferece aos agricultores e possíveis obstáculos encontrados na execução do programa no Município de Piquet Carneiro – CE;
- Observar os efeitos gerados pelo PAA, na comercialização de produtos da agricultura familiar e ainda o acesso a segurança alimentar.

Para o alcance dos objetivos, realizou-se uma pesquisa qualitativa com aplicação questionário e entrevista estruturada aplicada aos agricultores participantes, com as entidades beneficentes atendidas e com coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O presente trabalho está estruturado em 05 (cinco) seções, iniciando por esta introdução que apresenta os elementos principais do escopo do trabalho. Em seguida, dispõe-se o referencial teórico apresentando um breve relato sobre a avaliação das políticas públicas sociais e também indicadores que propiciam o acesso ao mercado e a vulnerabilidade alimentar, a criação do Programa e suas finalidades, a assistência técnica prestada aos agricultores familiares inseridos no mesmo e as dificuldades verificadas na execução do programa. Então são apresentados os métodos utilizados na pesquisa, a pesquisa foi qualitativa com caráter exploratória, na metodologia. A seção seguinte dispõe os resultados

encontrados com a realização da pesquisa, apresentando à caracterização do município na qual foi realizada a pesquisa, mostrando a importância do PAA para os agricultores e para o município e ainda as percepções do Coordenador do Programa local. Finalmente, apresenta-se as considerações finais e as referências da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A avaliação das políticas públicas sociais

As políticas públicas emanam da representação das relações entre Estado/Sociedade, e elas têm progressivamente se convertido em objetos de análises das mais diversas áreas de estudo (SERAFIM e DIAS, 2012). Nesse sentido, Souza (2002) acrescenta que as intervenções governamentais, via políticas públicas, seriam o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças desejadas no mundo real. Essa visão é corroborada por Secchi (2011), que afirma ser a política pública uma diretriz elaborada para enfrentar um problema entendido como coletivamente relevante.

Contudo, não basta apenas identificar o problema e criar a intervenção, é necessário fazer o acompanhamento e a avaliação por parte de quem a promove. Diante da efetuação de um processo de avaliação de uma política pública, na opinião de Ala-Harja e Helgason (2000), é que serão tomadas as medidas para os ajustes necessários e, conseqüentemente, a redefinição do problema, dando assim continuidade ao ciclo das políticas públicas

O processo de avaliação de determinada política pública perpassará, segundo Narajan e Vanheukelen (1997), pelas seguintes questões-chave:

- **Relevância:** em que medida objetivos das políticas públicas são pertinentes em relação à evolução das necessidades e prioridades de seu público-alvo;
- **Eficiência:** como economicamente os *inputs* têm sido convertidos em produtos e resultados;
- **Efetividade:** como os impactos do programa comparam-se com as necessidades da população-alvo; e
- **Utilidade e Sustentabilidade:** em que medida as mudanças positivas podem ser esperadas para durar após o encerramento do programa.

Outro conceito relativo ao processo de avaliação das políticas públicas, não mencionado por Nagaranjan e Vanheukelen (1997) e que vem cada vez mais ganhando espaço no processo de avaliação dessas políticas, diz respeito à eficácia. Segundo Figueiredo e

Figueiredo (1986), a eficácia visa analisar, à luz do que foi concebido para a execução de determinado programa, se ele está atingindo suas metas. Essa modalidade de avaliação, segundo Arretch (1998), é certamente a mais aplicada, pelo simples fato de ser mais factível e menos custosa de ser realizada. A eficácia visa levantar, por exemplo, como os programas sociais se situam no tocante à focalização e ao grau de cobertura de seu público-alvo (JANNUZZI, 2002; MALUF e BURLANDY, 2007).

Um bom medidor da eficácia na cobertura das ações governamentais no âmbito das políticas públicas é o uso de indicadores. Conforme ressalta Jannuzzi (2005), as dificuldades atuais na avaliação de programas e políticas públicas são o acesso às informações necessárias para o acompanhamento dos resultados e do impacto social que tais ações desempenham nos segmentos sociodemográficos ou nas comunidades por eles focalizadas. Os indicadores são úteis na medida em que permitem a identificação e a mensuração de aspectos relacionados aos resultados de uma dada intervenção àqueles grupos focos de sua atuação. Nas palavras de Bonnefoy e Armijo (2005), os indicadores de desempenho são medidas que descrevem quão bem estão sendo desenvolvidos os objetivos de um programa, projeto e políticas de uma instituição.

2.2 Indicadores que propiciam o acesso ao mercado e a vulnerabilidade alimentar

Segundo Hair et. al. (2005), nas pesquisas em administração e, conseqüentemente, em administração pública, examinam-se conceitos de diversos graus de complexidade, e esses descrevem fenômenos que devem ser compreendidos com a finalidade de explicar a realidade, principalmente para o auxílio à tomada de decisões. Para isso, é preciso identificar as variáveis mensuráveis que podem representar as contrapartidas das variáveis teóricas, para que intencionalmente, por meio de um marco teórico, se construa o significado almejado (SCHELINI e WECHSLER, 2006; MARTINS, 2010).

O Estado, como garantidor dos direitos essenciais à vida, tem a obrigação de promover ações relativas ao acesso da segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, Pinheiro e Carvalho (2010, p. 126) ressaltam que "essa obrigação se concretiza por meio da elaboração e implementação de políticas, programas e ações que buscam melhorar o acesso das pessoas aos recursos para a produção ou aquisição, seleção e consumo de alimentos".

No entanto, não se deve considerar somente a questão econômica no atendimento dessa problemática, uma vez que Sen (2000) alertava para a deficiência de indicadores

voltados ao desenvolvimento de determinada localidade que utilizavam apenas da questão financeira, renegando questões relativas à pobreza, carência de oportunidades, distinções sociais e à negligência de serviços públicos.

O subindicador relativo à Necessidade de Acesso ao Mercado por parte dos agricultores foi obtido por meio de duas variáveis: Total de Moradores de Domicílios Particulares Permanentes Rurais em Situação de Extrema Pobreza (BRASIL, 2010d) e Quantidade de Estabelecimentos Municipais de Agricultura Familiar – 2006 (IBGE, 2006). A junção dessas duas variáveis se dá pelo fato de que, diante do modelo de desenvolvimento adotado no País, os pequenos produtores rurais foram, por muito tempo, relegados a um segundo plano, em detrimento de uma agricultura modernizada. Esses fatos ocasionaram uma concorrência desleal com a produção em larga escala, o que invariavelmente dificultou o acesso e o escoamento de sua produção, lançando-os, cada vez mais, em uma situação de pobreza (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Grande parte da agricultura familiar no Brasil é marcada por dificuldades de acesso ao mercado, sobretudo nas questões inerentes ao escoamento de sua produção. A manutenção das pequenas propriedades rurais deve ser pensada a partir da geração de recursos financeiros e da constituição de instrumentos de compensação às desvantagens competitivas da agricultura familiar diante dos grandes empreendimentos rurais. Até porque a agricultura familiar brasileira, em geral, não consegue afirmar-se, principalmente em regiões mais pobres, em decorrência de sua fragilidade econômica (CARNEIRO, 1997; ABROMOVAY, 1998; MALUF, 2004).

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – foi criado em julho de 2003, por meio do artigo 19 da lei nº 10.696. Esse programa é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar. Considerado como uma das principais ações do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (CONAB, 2015).

O referido programa possui duas finalidades principais: promover acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede

sócioassistencial, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e pela rede pública filantrópica de ensino (MDS, 2015).

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (MDS, 2015).

Verifica-se que o programa possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares e os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede sócioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Para participar do programa os beneficiários fornecedores devem apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar (MDA, 2012).

Segundo Mattei (2007, p. 5), “Os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores [...]. Desta forma, busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar”. As ações do PAA são operacionalizadas por estados, Distrito Federal e municípios e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para execução do Programa, a CONAB firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA.

Através do PAA, o governo pode adquirir produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais de maneira rápida. Com isso, distribuem em forma de doação para instituições, como restaurantes populares, escolas, creches, dentre outras (HOLANDA, 2012).

De acordo com o MDA (2012), o PAA atua em cinco modalidades apresentadas a seguir:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar:** Essa modalidade possibilita que o Governo Federal adquira alimentos a preços de referência de associações ou cooperativas formalizadas; os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir as exigências de qualidade dispostas nas normas vigentes. A compra direta

permite a aquisição de produtos até o limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar.

- **Compra com Doação Simultânea:** Propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e sua pronta disponibilização para doação a entidades da rede de promoção e proteção social, assumindo importante papel na promoção da segurança alimentar ao público atendido. Quando a modalidade é executada por estados, e consórcios os agricultores podem vender, individualmente, até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano. Se fornecerem por meio de organizações, o limite passa a ser de até R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano. Os agricultores entregam os alimentos em uma Central de Distribuição, onde são pesados e separados para serem doados.

- **Apoio à Formação de Estoques:** Para execução dessa modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, responsável pela operacionalização. Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à Conab. A Proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados. O limite financeiro de participação é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano. O valor total não pode ultrapassar R\$ 1,5 milhão por cada organização/ano.

- **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite:** Esta modalidade é executada pelos estados do Nordeste e Minas Gerais (Região Norte). As Unidades Executoras contratam laticínios que serão responsáveis por recepcionar, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os pontos de distribuição, locais pré-definidos onde as famílias beneficiadas retiram sua cota diária de leite. O agricultor familiar fornecedor deve entregar sua produção diária de leite no laticínio contratado mais próximo da sua propriedade ou depositar o produto em tanques de resfriamento, de onde será coletado pelo laticínio em caminhões adequados para o transporte. Para participar do PAA Leite, o agricultor familiar deve seguir as seguintes exigências: possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), produzir no máximo 150L de leite/dia e ter comprovante de vacinação dos animais. O produtor pode receber pela venda de seu produto até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade familiar/semestre, diferente das demais modalidades nas quais o limite é anual. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre

seguinte.

- **Compra Institucional:** Após a definição da demanda, o órgão comprador elabora Edital de Chamada Pública, que deve ser divulgado em locais de fácil acesso a organizações da agricultura familiar. As organizações da agricultura familiar elaboram suas propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública. O órgão comprador habilita as propostas que contenham todos os documentos exigidos no edital e preços de venda dos produtos compatíveis com o mercado. Seu limite financeiro por unidade familiar/ano é R\$ 8.000,00 (oito mil reais), independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com o MDS (2015), agora são 707 municípios e 24 estados que já participam do programa e compram a produção diretamente dos agricultores familiares.

2.4 Assistência técnica prestada aos agricultores familiares inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos

A assistência técnica brasileira é instituída pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A PNATER foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003.

Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), a PNATER foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento Rural sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

O PRONATER é o instrumento orientador do processo de implementação da PNATER e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País. É coordenado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar com base nas políticas da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), nos Programas Estaduais de ATER e nas demandas da agricultura familiar.

Ter uma Assistência Técnica e Extensão Rural(ATER) governamental atuante e de qualidade se torna então essencial para o fortalecimento da agricultura familiar. Afinal, pode ajudar não só na aplicação do PAA, mais na organização de produtores, melhora o nível de tecnificação e, também, no acesso a outros mercados. Investir na ATER é uma das

melhores formas de ajudar os agricultores familiares a promover o desenvolvimento rural sustentável (ABRAMOVAY, 2007).

Para Abramovay (2007, p.9):

A retórica da participação social escamoteia o problema crucial da governança destas organizações participativas. Quais são os incentivos dos atores para investir em processos participativos? O que se supõe que vão obter com esta participação? O desenho institucional das organizações leva-as a formular projetos inteligentes, inovadores e capazes de fazer diferença na vida local, ou serve para que reivindicações e pedidos já conhecidos sejam reafirmados num fórum público no quais representantes têm sua tribuna e sua ocasião de afirmação política? Estas organizações participativas são avaliadas? Conhecem a importância de sua avaliação, ou julgam que o fato de serem representativas as exime da necessidade de avaliação, uma vez que sua existência é por si só justificada pelo setor social que representam? O parâmetro mais importante para julgar o sentido das organizações de base não pode ser sua representatividade: este é apenas um ponto de partida e não de chegada. O fundamental é saber se são organizações capazes de estabelecer bons planos de ação.

Porém, na realidade, a prestação de ATER tem suas limitações, para o atendimento direto no campo, o agricultor familiar sente a falta de orientações técnicas e da presença do técnico em suas propriedades, esse fator compromete diretamente a qualidade e produtividade na agricultura familiar.

Percebeu-se também, políticas públicas, a exemplo do PRONAF, que poderiam ser interligadas ao PAA. Como afirma Mattei (2007), faz-se necessário uma melhor articulação entre políticas de apoio à produção e à comercialização.

2.5 Dificuldades verificadas na execução do Programa de Aquisição de Alimentos

Uma pesquisa realizada no estado do Paraná aponta que a metade dos agricultores entrevistados desconheciam a existência do Conselho Municipal como sendo incumbido de acompanhar o Programa de Aquisição de Alimentos (DORETTO; MICHELLON, 2007). Por sua vez, Cordeiro (2007) atentou para o fato de que os agricultores que tinham conhecimento do Conselho Municipal consideravam-no ineficiente.

Para Hespanhol (2011), apesar dos benefícios recebidos pelos agricultores após a implantação do PAA no município de Dracena, estado de São Paulo, há ainda, segundo os agricultores, a necessidade de aumento de recursos financeiros e do número de participantes do programa.

O atraso na liberação dos recursos em alguns municípios e a dificuldade de transportar os produtos do local de produção até o local de consumo é outra limitação.

Em alguns casos os agricultores levam seus produtos até um dado ponto e a prefeitura ou instituição os repassa para as demais entidades beneficiadas. Outras vezes os próprios agricultores realizam as entregas ou a instituição responsável coleta os produtos nos estabelecimentos familiares. Em alguns locais da região Nordeste do país os próprios agricultores realizam as entregas de barco, canoa ou carroça, pois o transporte não tem acesso ao local (CORDEIRO, 2007).

Os agricultores sentem dificuldade em organizar, planejar e atender nos padrões exigidos pelo PAA. Como afirma Mattei (2007), seria necessária uma política articulada de produção e comercialização, com assistência técnica atrelada ao programa.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho trata da análise do acesso ao mercado e o acesso a segurança alimentar e também dos resultados do PAA no município de Piquet Carneiro (CE), realizando um estudo de campo, verificando o suporte técnico que o programa oferece aos agricultores e possíveis obstáculos encontrados na execução do programa.

A pesquisa é qualitativa com caráter exploratória, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Segundo Gil (2008), Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso.

Mostra aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação.

Também será feita uma investigação *in loco* nas feiras para conhecer melhor os agricultores familiares e também especificar a satisfação do produtor com relação à produção/produto.

As entrevistas foram realizadas de forma estruturada, ou seja, nesse tipo de entrevista, o entrevistador segue um roteiro de perguntas previamente estabelecido, que não deve ser alterado ou adaptado. Como no questionário, a entrevista estruturada poderá conter perguntas abertas e fechadas. Os entrevistados foram o coordenador do PAA, os agricultores fornecedores e beneficiários consumidores. Selecionados de forma aleatória e ainda através de dados cadastrais. Nesse sentido, o universo da pesquisa corresponde aos 150 produtores cadastrados no PAA, uma amostra de 100 agricultores (fornecedores) e as 18 instituições (beneficiários consumidores) atendidas pelo programa.

4. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este trabalho tem por finalidade analisar o acesso ao mercado e o acesso a segurança alimentar e também os resultados do PAA, na qualidade de vida do pequeno agricultor familiar que vive na área rural do município de Piquet Carneiro, contribuindo para a sua inclusão social. Também identifica os obstáculos que dificultam a operacionalização do programa no município, para que no término deste trabalho venhamos sugerir possíveis melhorias para o programa.

Para Wanderley (2009), a agricultura familiar possui impacto direto na qualidade de vida de toda a população, especialmente de municípios pequenos. E ainda destaca todo o potencial econômico percebido entre os anos de 2012 e 2016.

4.1 Caracterização

4.1.1 O Município de Piquet Carneiro

Piquet Carneiro é uma cidade localizada no sertão central cearense, têm 61 anos e está localizada entre os municípios de Acopiara, Deputado Irapuã Pinheiro, Mombaça e Senador Pompeu. Possui quatro distritos: Sede, Mulungu, Catolé da Pista e Ibicuã.

A denominação Piquet Carneiro foi adotada em honra ao Engenheiro Bernardo de Piquet Carneiro, que dirigiu a Rede de Viação Cearense. Possui uma área territorial de 587,877 km², com um clima tropical quente semiárido, na vegetação predomina a caatinga arbustiva densa e vegetação xerófila.

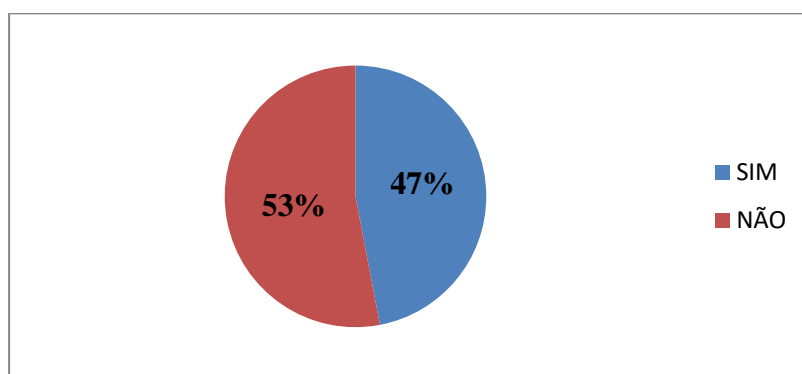
4.2 Importância do PAA para os agricultores e para o município de Piquet Carneiro

Os 100 agricultores entrevistados do PAA no município de Piquet Carneiro evidenciam explicitamente os motivos pelos quais os levaram a aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos - o aumento significativo da renda mensal; a diversificação da produção; a satisfação com a produção e os produtos de qualidade; a capacitação de agricultores com novas técnicas para o cultivo de novos produtos; a valorização da cultura alimentar local; a criação de novos mercados; a valorização do pequeno agricultor familiar e,

contribuiu principalmente para que as famílias e os jovens rurais permanecessem no meio rural.

Neste sentido, observa-se que praticamente a metade dos entrevistados evidenciaram que a renda adquirida através do PAA não ultrapassa o valor do salário mínimo nacional, que é de R\$ 954,00.

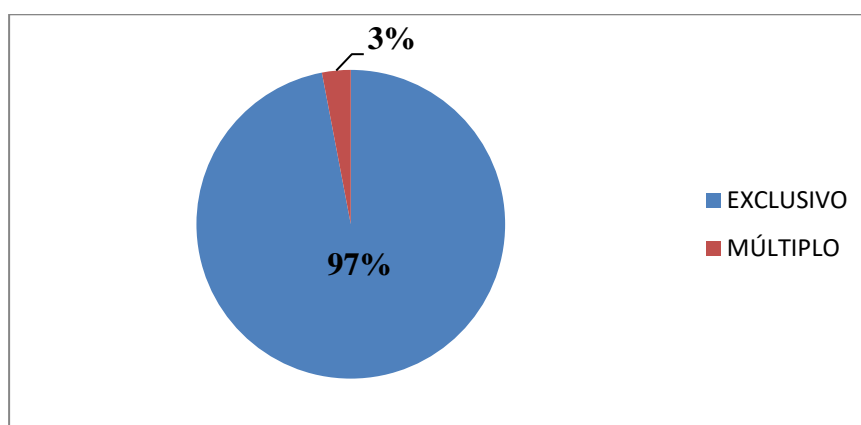
Gráfico 01: Renda do PAA é maior que o salário mínimo.



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Outro ponto importante que deve ser considerado na pesquisa refere-se ao uso da propriedade. 97% dos entrevistados utilizam apenas para a agricultura familiar, e todos eles estão vinculados a algum tipo de associativismo como, por exemplo, nas Associações de Produtores Rurais.

Gráfico 02: Uso da propriedade.



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Vale ressaltar também que outro ponto positivo citado pelos agricultores é a organização entre eles depois da adesão ao PAA, isso faz com que os produtores consigam

uma melhor negociação, seja ela com o governo ou com o comércio de produtos na feira da agricultura familiar.

Assim, os consumidores podem adquirir frutas, verduras, legumes, doces e derivados do leite de qualidade na Feira da Agricultura Familiar, que acontece todas as sextas-feiras no centro da cidade, são produtos frescos, sem agrotóxicos e com preços acessíveis.

A agricultura familiar carece do desenvolvimento de alternativas que acima de tudo, assegurem a permanência no campo, garantindo alimentos para o autoconsumo e para toda a humanidade.

Desta forma, foi garantida a produção e consumo de alimentos saudáveis a todas as comunidades envolvidas, interferindo de forma positiva na renda que vinha sendo consumida, pois produzindo um alimento antes comprado, e somando-se isto à certeza de um alimento seguro (em quantidade e qualidade), ao fortalecimento das relações sociais proporcionada pelas trocas, e às vantagens ambientais produzidas pelas técnicas de produção agroecológica, os ganhos não se resumem apenas em competitividade gerada a partir da economia.

Estes ganhos estão relacionados também à segurança alimentar, e ao fortalecimento das relações sociais, que são fatores que embasam o desenvolvimento sustentável, ou seja, a produção e o consumo de hoje de forma que se assegure a produção, o consumo e o bem-estar das próximas gerações.

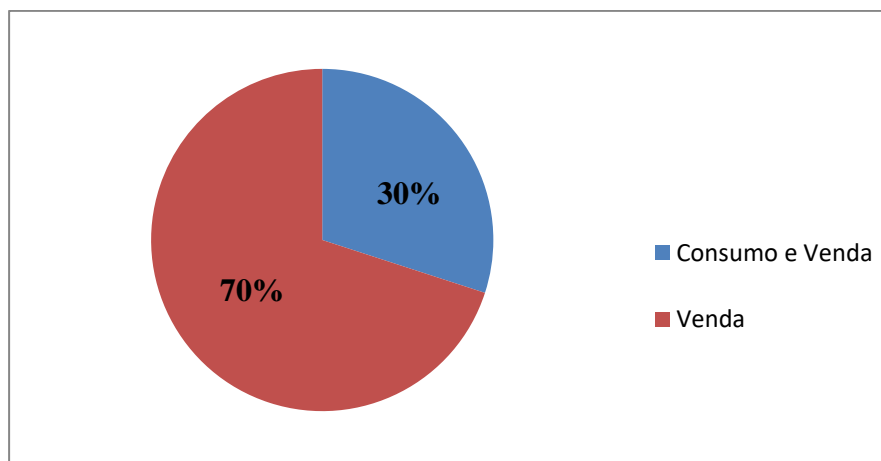
Figura 01 – Banca de produtos na Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar de Piquet Carneiro (2018)

Com isso pode-se mostrar a satisfação dos 100 agricultores entrevistados com relação ao destino dos produtos.

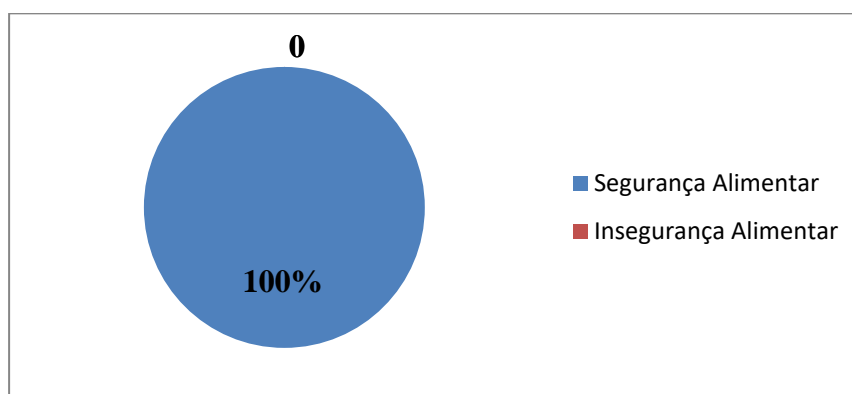
Gráfico 03: Destino dos Produtos.



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Os beneficiários fornecedores do PAA se sentem satisfeitos também com a Segurança Alimentar e Nutricional pelo os produtos serem de boa qualidade.

Gráfico 04: Segurança Alimentar e Nutricional.

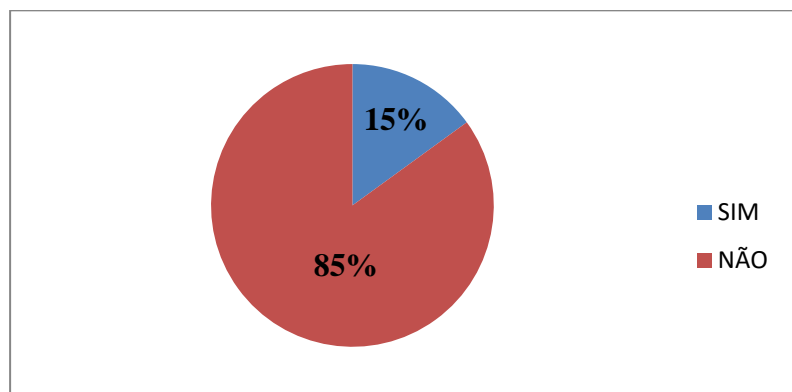


Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Com o apoio da agricultura familiar, o município por intermédio do PAA, passou a atender um maior número de entidades como creches, escolas, hospitais, cozinhas comunitárias e programas sociais. Frutas, legumes, doces, bolos e carnes da região foram incluídos na merenda escolar, melhorando a qualidade e a quantidade dos alimentos servidos aos alunos das escolas da rede municipal de ensino.

Um ponto que deve ser considerado é a forma de ingresso para que o agricultor adentre ao programa e possa vender seus produtos. Apenas 15% dos entrevistados expuseram ter dificuldade para participar das ações. Assim, pode-se notar a forma criteriosa para que os produtos vendidos possam de fato ter a certificação de qualidade. Ainda vê-se o suporte das associações para articularem seus membros.

Gráfico 05: Dificuldades para entrar no programa.



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

4.3 Percepções do Coordenador do PAA de Piquet Carneiro

Segundo o gestor e coordenador do PAA de Piquet Carneiro, o programa veio a contribuir para o desenvolvimento do município, fortalecendo a integração entre cidade/campo:

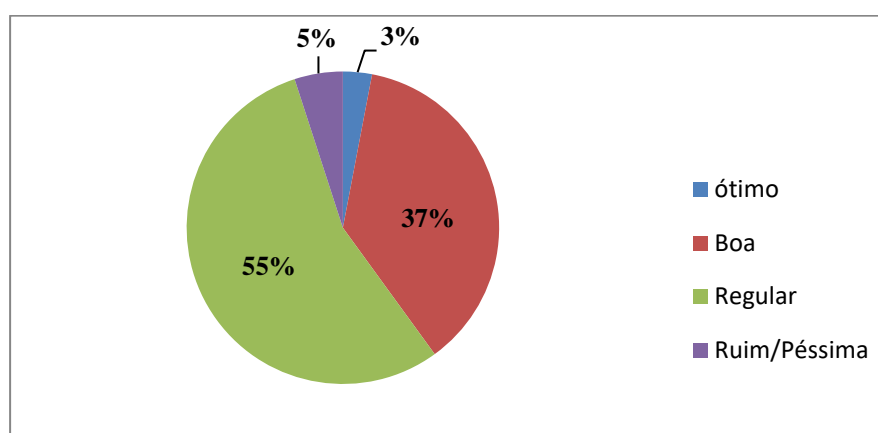
Através da venda garantida a um preço justo, os produtores garantem uma renda extra, melhorando a qualidade de vida dos beneficiários fornecedores (no caso os produtores), como também uma alimentação de qualidade para os beneficiários consumidores (as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar). (COORDENADOR DO PAA, 2018).

As dificuldades encontradas pelos produtores na forma de operacionalização do programa também foram averiguadas, os entrevistados evidenciam problemas com a qualidade do transporte, atraso de pagamento pelos produtos entregues, deficiência na fabricação e acondicionamento de produtos. A fala de um dos entrevistados demonstra o fato: “o programa tem melhorado bastante a nossa renda, mas os pagamentos não são pontuais,

encontramos dificuldades para entregar os produtos, devido não ter um transporte adequado” (AF18).

Outro fator limitante é a carência de uma assistência técnica continuada. Os agricultores sentem dificuldade em planejar a produção de acordo com os padrões exigidos pelo PAA, o que, provavelmente, seria facilitado se assistência técnica estivesse vinculada diretamente ao programa. Esta ausência, além de sentida é constantemente cobrada pelos agricultores.

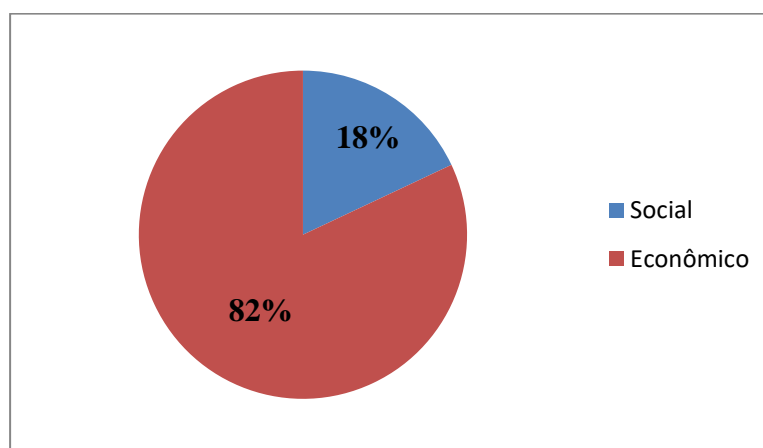
Gráfico 06: Assistência do PAA.



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Ainda é importante destacar que todos os envolvidos reconhecem a importância e o impacto do PAA em suas vidas e de suas famílias, e especialmente que todos sentiram mudanças, e duas são especialmente citadas.

Gráfico 07: Impactos.



Fonte: Resultado da pesquisa (2018).

Por fim, nota-se que o PAA é um programa de geração de renda, emancipação do indivíduo e ainda os que complementam renda, que podem fazer com que toda uma população vislumbre um futuro melhor.

Diante do exposto, observa-se que os entrevistados avaliaram o programa de forma ampla. O Coordenador em suas palavras durante a entrevista citou que houve uma melhora significativa na renda das famílias dos agricultores, sendo que em alguns casos se torna uma função prioritária na sobrevivência dessas famílias.

Um fato observado com essa entrevista refere-se à mudança de comportamento de alguns agricultores que agora já reservam áreas de produção para outros tipos de alimentos, aumentando assim a diversidade de espécies. Porém, observou-se também que não há muitas vezes planejamento quanto ao tipo e quantidade de alimentos a serem produzidos.

Ademais, o PAA não gera somente efeitos positivos para os agricultores, mas também desempenha uma função de utilidade pública ao proporcionar a doação de alimentos saudáveis e (quase sempre) diversificados às entidades sociais citadas, bem como cestas de alimentos às famílias carentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho apresentar algumas reflexões acerca da experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em um contexto local específico, do Município de Piquet Carneiro, objetivando analisar o acesso ao mercado e o acesso a segurança alimentar e seus resultados. Buscou-se alcançá-los com uma pesquisa qualitativa de caráter exploratória.

Conclui-se, que a elaboração de indicadores mostra-se pertinente à avaliação da eficácia de programas e políticas governamentais. Essa importância se deve ao fato de os indicadores externarem como a intervenção tem sido realizada, se tem cumprido seus objetivos e em que medidas eles são cumpridos.

Constatou-se que o Programa de Aquisição de Alimentos, pelos resultados obtidos, tem sido eficaz na medida em que sua maior taxa de cobertura se concentra naqueles municípios de maior propensão à sua execução. A boa gestão das políticas públicas está diretamente ligada ao fato de ela otimizar a alocação dos recursos públicos, que são cada vez mais escassos diante de um ambiente social ainda marcado por grandes desigualdades (SANTOS, 1998; SOUZA, 2001).

Apesar da maioria dos recursos públicos destinados ao PAA estar focalizada junto ao público demandante de suas ações, sua taxa de cobertura ainda é muito incipiente, dada à necessidade local do município. Esse fato evidencia que as ações do programa podem ser ampliadas no município de Piquet Carneiro.

Não se pode deixar de mencionar que as políticas públicas e os programas governamentais com exigências de novos arranjos institucionais no âmbito local de sua atuação têm inúmeras variáveis que podem comprometer seus níveis de eficácia, o que não foi considerado neste estudo. Essas variáveis podem estar ligadas tanto aos aspectos socioculturais, por exemplo, ao capital social da comunidade local, como às questões estruturais da comunidade (infraestrutura e conhecimento técnico dos órgãos de extensão rural, apoio do poder público municipal, número de entidades dispostas a receber produtos agrícolas etc.). Todos esses fatores são questões locais que precisam ser consideradas pelos gestores públicos, que devem elencar mecanismos a fim de incluí-los no escopo do marco lógico da política e também das futuras pesquisas científicas.

Apesar das limitações para realizar a pesquisa com poucos recursos e tempo curto para análise, a pesquisa se trata de uma análise de uma amostra com agricultores do programa de Aquisição de Alimentos.

É importante pensar a comunidade estar inserida de forma mais ampla e que possa sempre atender a maior quantidade de demandas possíveis. Assim, pensando na totalidade, a agricultura familiar gera ganhos para a população de produtores cadastrados no PAA, população essa que de 100 entrevistados, consideram, em sua maioria, que o programa foi positivo e que veio para facilitar a vida do agricultor em meio à comercialização. E que contam com esse dinheiro para investir na compra de meios para a melhoria da produção, gerando uma grande perspectiva de vida para os produtores inseridos no programa.

A comunidade resiste diante de inúmeras dificuldades, especialmente a seca que assola todo o estado nos últimos cinco anos. Desta maneira, os agricultores conseguem realocar e readaptar suas necessidades de acordo com o espaço onde estão.

O coordenador do PAA, os agricultores entrevistados e as entidades beneficiadas perceberam a importância do Programa. Questões mais objetivas como qualidade e variedade dos produtos e economia em sua aquisição foram lembradas por todos os entrevistados.

Estes também frisaram a importância social desta iniciativa, reconhecida como fundamental para estabelecer laços de solidariedade entre os agricultores familiares e as entidades beneficiadas, uma vez que nestes casos fica absolutamente clara a origem dos produtos entregues, configurando uma verdadeira rede de segurança alimentar.

Sugere-se aqui, para futuros pesquisadores devido à relevância do tema, que sejam desenvolvidos estudos posteriores contemplando outros locais a fim de possibilitar análise comparativa dos resultados com os resultados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA/NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação**. XLV Congresso do SOBER, 22 a 25/07/2007, Londrina/PR. Mesa redonda: Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos. Londrina/PR, 2007. 17 p.
- ALA-HARJA, M. e HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-51, 2000.
- ANTUNES, Maryna Vieira Martins, **O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracena – SP**, Caderno Prudentino de geografia, Presidente prudente, n.33, v.2,p.101-122.
- ARRETCHE, M. T. S. e BRANT, M. D. C. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Ed.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-40.
- BONNEFOY, J. C. e ARMIJO, M. **Indicadores de desempenho en el sector público**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006. 106 p.
- CARNEIRO, M. J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos, sociedade e agricultura, n. 8, p. 70-82, 1997.
- DORETTO, M; MICHELLON, E. **Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos**. Sociedade e desenvolvimento rural. V., n.1, 2007.
- FIGUEIREDO, M. F. e FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. Análise e Conjuntura, v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.
- GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001. 288 p.
- HAIR JR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman 2005. 471 p.
- HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros, **O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracena – SP**, Caderno Prudentino de geografia, Presidente prudente, n.33, v.2, p.101-122.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006: resultados preliminares**. Brasília: IBGE, 2006. 141 p.
- JANNUZZI, P. D. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público Brasília**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005.

_____. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

MALUF, R. F. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v.25, n.1, p. 229-322, 2004.

MALUF, R. S. e BURLANDY, L. **Poverty, inequality and social policies in Brazil**. Rio de Janeiro: CERESAN (Working paper, 1). 45 p, 2007.

MARTINS, G. D. A. **Sobre conceitos**. Definições e Constructos nas Ciências Administrativas. *Gestão & Regionalidade*, v. 21, n. 62, p. 28-35, 2010.

MATTEI, L. **Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina**. *Sociedade e desenvolvimento rural*, v. 1, n. 1, 2007.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. Disponível em:<http://www2.anhembi.br/html/ead01/metodologia-pesquisa-cientifica-sequencial/lu03/lo3/index.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em 29 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

NAGARAJAN, N. e VANHEUKELEN, M. **Evaluating Eu Expenditure Programmes: A Guide: Ex Post and Intermediate Evaluation**. Luxembourg: Ufficio delle pubblicazioni ufficiali delle Comunità europee, 1997. 112 p.

PINHEIRO, A. R. O.; CARVALHO, M. F. C. C. **Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional**: uma crônica desigualdade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.

SANTOS, S. M. C. D.; SANTOS, L. M. P. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002**: 1-Abordagem metodológica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, 2007.

SCHELINI, P. W.; WECHSLER, S. **Estudo da estrutura fatorial da bateria multidimensional de inteligência infantil**. *Estudos de Psicologia Campinas*, v. 23, n. 2, p. 115-112, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR DE PIQUET CARNEIRO – CE. Disponível em: <https://www.piquetcarneiro.ce.gov.br/secretaria.php?sec=2>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SERAFIM, M. P. e DIAS, R. D. B. **Análise de política: uma revisão da literatura.** Cadernos Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

SILVA, Vilmar da. **O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – para o Fortalecimento da Agricultura Familiar: O Caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada – Coopafi - de Capanema, PR.** Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2013.

SOUZA, C. **Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo.** São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: editora da UFRJ, 2009.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de Entrevista Aplicada ao coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

ENTREVISTA ESTRUTURADA

1. Existe um PMDR (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural) para o município?
2. Qual o número de agricultores que participam do programa? Existem planos de ampliação do programa?
3. Qual é o período de execução do Programa?
4. Quais as dificuldades e facilidades de acesso ao programa?
5. O valor pago aos agricultores atualmente é de R\$ 6.500,00(seis e mil e quinhentos reais) ao ano, há possibilidades deste valor se alterar no próximo ano?
6. Como é realizada a operacionalização do programa no município?
7. Quais são as entidades beneficentes que recebem os alimentos? Como foram selecionadas?
8. Quanto e como recebem (semanal, mensal, etc.).
9. Existem prioridades no programa? Quais são?
10. Como o município atua na gestão do programa?
11. Você participa de forma direta no programa? Como?
12. Como profissional atuante no programa, qual a sua visão dos problemas da agricultura familiar em nosso município?
13. Como o programa pode contribuir para a valorização da agricultura familiar no município?
14. Com este programa é possível produzir resultados que venham a contribuir para o desenvolvimento do município? Como?
15. Pode-se afirmar que este programa favorece a integração e o desenvolvimento entre cidade/campo, uma vez que beneficia quem faz a venda e quem recebe os produtos?
16. Acredita que as ações desenvolvidas pelo programa correspondem às necessidades dos beneficiados por ele? (Agricultores e entidades beneficentes)
17. Como você avalia o programa?
18. Quais os pontos positivos e negativos?
19. Existe algum mecanismo que avalia as ações ligadas ao programa nas esferas federal, estadual e municipal? Como são efetuadas estas avaliações?

ANEXO II

Questionário aplicado às entidades beneficentes atendidas pelo do Programa de Aquisição de Alimentos PAA.

ENTREVISTA ESTRUTURADA

1. Quantas pessoas são atendidas? Qual a faixa etária destas pessoas?
2. Qual a periodicidade de recebimento dos produtos (diária, semanal, mensal, uma vez ao dia, etc.)
3. Que tipo de assistência é fornecida a estas pessoas?
4. São pessoas oriundas de quais lugares?
5. Como a entidade entrou no programa?
6. Desde quando participa do programa?
7. Quais são os produtos que recebe do programa?
8. São de boa qualidade?
9. São entregues com qual frequência?
10. Como era feita a captação dos produtos pela entidade antes de ingressar no programa?
11. O que mudou após a entrada da entidade no programa?
12. Existe alguma dificuldade de acesso ao programa? Quais?
13. Qual a sua avaliação sobre as ações desenvolvidas pelo programa?

ANEXO III

Questionário aplicado aos agricultores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

ENTREVISTA ESTRUTURADA

1. A propriedade em você trabalha é sua?
2. Sua renda média mensal com o programa é maior que um salário mínimo?
3. A propriedade utiliza apenas o trabalho familiar?
4. Participa de alguma cooperativa/associação?
5. Você teve dificuldades para entrar no PAA?
6. Sua participação no PAA proporcionou aumento da renda familiar?
7. O PAA contribuiu para a diversificação na produção?
8. Você está satisfeito com forma como é feito o pagamento?
9. Utilizava alguma das modalidades de comercialização seguir antes do PAA?
 - ✓ Comercio
 - ✓ Porta a porta
 - ✓ Em feiras
 - ✓ Não utilizava
10. Como aplica a maior parte dos que lucros que você consegue com a venda dos produtos ao PAA?
 - ✓ Complementar Alimentação
 - ✓ Transporte
 - ✓ Comprar eletrodomésticos
11. Os preços praticados pelo PAA são justos?
12. Hoje considera-se dependente do PAA para manter a renda mensal da familiar?
13. Como você avalia o PAA de forma:
 - ✓ Positiva
 - ✓ Negativa
14. Após sua entrada no programa houve mais mudanças significativas em que aspectos:
 - ✓ Social
 - ✓ Cultural
 - ✓ Econômico

15. Como você avalia a assistência técnica oferecida ao PAA?

- ✓ Ótima
- ✓ Boa
- ✓ Regular
- ✓ Ruim
- ✓ Péssima

16. Você está satisfeito com a produção e o destino dos produtos?

17. Você se sente seguro quanto a Segurança Alimentar?